

## EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
Cursos de Carácter Geral — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 90 min + 30 min de tolerância  
1997

1.ª FASE  
2.ª CHAMADA

### PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

#### COTAÇÕES

##### I

- |    |       |           |
|----|-------|-----------|
| 1. | ..... | 10 pontos |
| 2. | ..... | 15 pontos |
| 3. | ..... | 15 pontos |
| 4. | ..... | 20 pontos |

Subtotal..... 60 pontos

##### II

- |    |       |           |
|----|-------|-----------|
| 1. | ..... | 20 pontos |
| 2. | ..... | 15 pontos |
| 3. | ..... | 20 pontos |

Subtotal..... 55 pontos

##### III

- |    |       |           |
|----|-------|-----------|
| 1. | ..... | 15 pontos |
| 2. | ..... | 20 pontos |
| 3. | ..... | 25 pontos |

Subtotal..... 60 pontos

##### IV

25 pontos

25 pontos

TOTAL..... 200 pontos

Questões		Sugestões de Correção	Cotações
		<p>Chama-se a atenção para o facto de se tratarem de meras orientações, visando uma certa uniformidade de critérios.</p> <p>Nas questões de resposta curta que visem objectivos a nível de conhecimento, será aceite a resposta considerada válida sob o ponto de vista científico.</p> <p>Nas questões abertas, a cotação deverá ser distribuída pelos diversos aspectos focados na resposta, sendo valorizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- distinguir o essencial do acessório;</li> <li>- evidenciar capacidade para relacionar factos e conceitos;</li> <li>- demonstrar capacidade de análise dos documentos apresentados.</li> </ul>	
I	1.	Indicar que os regulamentos têm como finalidade garantir a boa execução das leis.	10
	2.	Referir que, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, a reserva absoluta de competência legislativa significa que só a Assembleia da República pode legislar sobre as matérias constantes do art.º 167.º.	15
	3.	Referir que o direito subjectivo é o poder ou faculdade, conferida ao titular pelo direito objectivo, de agir ou não de acordo com o conteúdo daquele; direito objectivo é o conjunto de normas jurídicas.	15
	4.	Explicar que a sentença dos tribunais se enquadra na Jurisprudência e esta é, apenas, considerada uma fonte mediata de Direito.	20

II	1.	Identificar os elementos da relação jurídica: <b>os sujeitos</b> , a Carlota e a avó; <b>o objecto da relação</b> , o prédio de habitação; <b>o facto jurídico</b> , o contrato de doação e <b>a garantia</b> que se traduz na possibilidade de qualquer dos sujeitos recorrer a tribunal, no caso de incumprimento.	20
	2.	Explicar que a doação é um contrato formal, porque a lei exige uma determinada forma para a sua validade, neste caso a escritura pública.	15
	3.	Explicar que Carlota, de 16 anos, ao casar adquire a maioridade, por emancipação, ou seja, pode reger a sua pessoa e administrar os seus bens. Assim, se obteve autorização dos pais ou do tutor ou o respectivo suprimimento judicial para casar, a venda é válida; caso contrário, a venda não é válida, pois de acordo com o artigo 1649.º do Código Civil, continua a ser considerada menor, quanto à administração dos bens que leve para o casal até à maioridade.	20
III	1.	Indicar as ordens moral, religiosa e de cortesia ou de trato social.	15
	2.	Explicar que o direito constitucional ocupa uma posição hierárquica superior, fixando os princípios orientadores de todo o ordenamento jurídico. É um conjunto de normas que se ocupa da organização do Estado, dos órgãos de soberania e da garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.	20
	3.	Explicar a ideia de que o Direito é um produto da cultura e da sociedade e que, como tal, varia no espaço e no tempo, reflectindo os valores dominantes em cada época e em cada sociedade. Não é possível aplicar esquemas constitucionais, perfeitos em certos Estados, a contextos socioculturais diferentes.	25

Questões	Sugestões de Correção	Cotações
IV	<p>Trata-se do desenvolvimento de um tema, cujo ponto de partida é um texto.</p> <p>Embora sejam sugeridos tópicos de resposta, pretende-se que o aluno desenvolva o tema de forma articulada, evidenciando as capacidades de análise e de síntese e o espírito crítico.</p> <p>À estruturação da resposta e à organização e coerência das ideias serão atribuídos 5 pontos; ao conteúdo científico 20 pontos.</p> <p><b>TEMA A</b></p> <p>O aluno deverá relacionar as vantagens da existência de organizações internacionais que visem a manutenção da paz com as características do Direito Internacional.</p> <p>Deverá transmitir a ideia de que os grandes problemas mundiais, como a paz, serão mais facilmente solucionados mediante a cooperação com outros Estados e através das organizações internacionais.</p> <p>Uma vez que o Direito Internacional não é acompanhado de mecanismos eficazes de coerção, a sua eficácia será maior se for aplicado com a mediação das organizações internacionais.</p> <p><b>TEMA B</b></p> <p>O aluno deverá relacionar a criação e a aplicação do Direito pelo Estado com as características do Estado de Direito.</p> <p>Deverá transmitir a ideia de que o Estado, mesmo o Estado de Direito, detém o poder exclusivo de criação do Direito através de órgãos competentes, assim como a aplicação do Direito constitui um poder do Estado que o exerce através da função judicial. O Estado, ao criar e aplicar normas, obedece aos princípios do Estado de Direito: o império da lei, a divisão dos poderes, a legalidade da administração e a defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais, ou seja, o próprio Estado está submetido ao Direito.</p>	25 (5+20)